

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: agente de modernização administrativa e da educação.

*Ivo José Both**

Resumo: O trabalho procura valorizar o processo de avaliação institucional das Universidades como agente indispensável e perene de modernização e de elevação do nível do desempenho administrativo e educacional. Cabe à IES a indispensável autonomia tanto no apontamento da filosofia, da política, dos objetivos, dos métodos, dos componentes de avaliação, bem como do destino a ser dado aos resultados. No entanto, torna-se conveniente haver permanente interlocução interinstitucional a nível de IES, de SESu/MEC e de consultoria externa, visando à melhor implementação possível do processo avaliativo e à obtenção de resultados conseqüentes.

Palavras-chave: Avaliação institucional, autonomia, desempenho, PAIUB.

Abstract: The study attempts to value the process of institutional evaluation of Universities as an essential and permanent agent of administrative and educational performance. The Institutions of Higher Education must be autonomous in order to point out the philosophy, the policy, the goals, the methods and the elements of the evaluation process, as well as the destination of the results. Nevertheless, it is convenient to maintain an external consultancy, aiming at the best possible implementation of the process of evaluation and the obtainance of adequate results.

Key-Words: Institutional evaluation, autonomy, performance, PAIUB (Institutional Evaluation Program of Brazilian Universities).

1. Apresentação

O momento histórico em que vive a sociedade brasileira na busca de cada vez melhores e mais adequadas formas de investigação da realidade educacional e da formação de quadros que dêem conta de interpretar esta realidade, aponta para a necessidade de implantação de sistemas efetivos de avaliação institucional dos três graus de ensino e, especialmente, do ensino de 3º grau.

Existe no Brasil e nos países que têm uma estrutura de ensino similar à brasileira, uma expressiva expectativa de novos conhecimentos e descobertas inovadoras, a partir de seus quadros acadêmicos. Queiram ou não, as Universidades são depositárias das esperanças sociais de grande parte da população, que espera e cobra resultados científicos e benefícios sociais e culturais efetivos das Instituições de Ensino Superior-IES.

Tais Instituições, para darem cumprimento a esta tarefa, necessitam ter uma consciência clara de suas potencialidades e limites, bem como contar com mecanismos capazes de indicar, com clareza, as diretrizes e metas futuras.

Neste contexto, a avaliação institucional certamente contribui significativamente para que a IES repense as suas práticas administrativas, técnicas e

* (Professor da UEPG)

Doutorado em Política Educacional
Coordenador da Comissão de Avaliação Institucional
Coordenador do Curso de Mestrado em Educação

pedagógicas de forma crítica e comprometida, refletindo sobre o seu papel na sociedade como promotora e socializadora do saber capaz de compreender e de modificar a realidade.

2. O caso da UEPG: uma proposta compatível.

Cabe a cada IES implementar o processo avaliativo que melhor atende às suas características e expectativas. O processo de avaliação da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, por exemplo, encontra-se proposto com base em duas grandes variáveis: a quantitativa e a qualitativa.

A variável quantitativa envolve, por ora, principalmente um levantamento de dados de ordem numérica da Instituição com relação a:

- alunos;
- professores;
- pessoal técnico e administrativo;
- dados de infra-estrutura e apoio.

A variável qualitativa, por sua vez, compreende seis componentes:

- avaliação do desempenho do ensino por alunos e professores;
- avaliação do desempenho da Universidade por ex-alunos;
- avaliação do desempenho dos serviços administrativos;
- avaliação do desempenho da Universidade por representantes da sociedade;
- identificação da realidade sócio-educacional dos alunos da Universidade;
- levantamento de dados quantitativos do ensino.

É bastante expressivo o universo do processo de avaliação institucional da UEPG. Tal fato permite uma visão praticamente global da Instituição tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, o que facilita o redimensionamento da política e dos planos da Universidade internamente e com relação à sua intervenção na área de abrangência direta.

Torna-se relevante mencionar que a avaliação institucional está sendo encarada como um processo que constitui excelente agente de identificação e de apoio à qualidade institucional. Como tal, não convém encará-lo como uma nuvem passageira ou como

instrumento de escoramento político ou mesmo como mais um modismo.

A avaliação institucional cabe ser visualizada como afirmação duradoura em busca de uma qualidade compatível entre a filosofia institucional e a realidade social. Para que tal possa ocorrer com evidente clarividência é que a avaliação institucional -assim como o ensino-aprendizagem- necessita ser conduzida como processo. E por processo, no caso, entende-se a perene perseguição de uma qualidade necessária.

Existem algumas condições que ajudam a dar consistência à avaliação como processo. Assim, a avaliação encarada como processo

necessita ser útil, beneficiando a todos os envolvidos. A avaliação como processo deve ser viável, principalmente em termos de possibilidade e viabilidade de execução. A avaliação como processo requer ser exata,

tendo em vista a necessidade de sua condução correta e dos instrumentos adequados para a obtenção de informações confiáveis. A avaliação como processo é uma questão ética e social, visto sua condução transparente e com senso de justiça.

E a avaliação como processo visa à qualidade como questão, inclusive, de sobrevivência institucional. No entanto, a qualidade não ocorre quando se é razoável, apenas, mas quando se dá tudo de si, sempre. A qualidade não pode ser gratuita, mas certamente custa muito menos que a não-qualidade. A não-qualidade pode, até mesmo, ser encarada como perda de tempo, de recursos, de esperança e de paciência. A qualidade tem grandes possibilidades de ocorrer quando há efetiva adequação entre o fazer e da utilidade conseqüente que daí decorre. A qualidade necessita ser plena, permanente e progressiva. Enfim, torna-se indispensável a qualidade situar-se também no processo e não somente no produto final.

Avaliação, processo e qualidade são um trinômio de garantia inadiável para o sucesso de uma Instituição de Ensino Superior, quando plenamente interagentes.

A avaliação institucional aceita o apoio externo, mas não se conforma com nenhuma iniciativa que lhe fira sua autonomia de gestão e de atuação. E a autonomia, antes de ser encarada como liberdade absoluta, significa responsabilidade para com a qualidade.

A autonomia também não significa soberania nem para o Estado e nem para a Universidade. A autonomia, por outro, pressupõe condições de atuação.

Avaliação, processo e qualidade são um trinômio de garantia inadiável para o sucesso de uma Instituição de Ensino Superior, quando plenamente interagentes.

A autonomia sugere criatividade e competência. Na verdade, a União e o Estado não concedem autonomia financeira à Universidade, mas somente autonomia de gestão financeira, o que não satisfaz a realidade universitária, por certo.

Como processo, a avaliação institucional não se caracteriza nem como agente punitivo, nem premiativo, mas também não representa neutralidade. É ela uma questão de maturidade institucional e de responsabilidade para com a qualidade. Como processo, ainda, requer a avaliação institucional ser credível, exequível e conseqüente.

O Processo de Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi montado a partir da realidade da Instituição e segundo a sua "fisionomia".

Trata-se de um processo que foi amadurecendo e criando corpo, formalmente, ao longo de 1992, visualizando a Instituição em sua globalidade. Para tal foi constituída uma equipe com excelente visão tanto do nível de encaminhamento das funções da Universidade quanto do seu relacionamento com os municípios da área de sua abrangência mais direta.

A equipe é significativamente representativa face aos diferentes segmentos que constituem a comunidade universitária. Dessa forma, professores, alunos e funcionários sentam-se lado-a-lado para a montagem e a implementação do processo de avaliação institucional da Instituição.

A idéia de avaliação da Universidade vem sendo uma aspiração antiga da Instituição, no entanto concebida de forma efetiva a partir de 1992. Na ver-

dade, a efetivação de tal idéia surgiu com o lançamento do primeiro de uma série de cadernos da PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O caderno 1 "A Questão da Avaliação Institucional"¹ dedica-se principalmente à filosofia e aos objetivos de uma avaliação institucional universitária. E a apresentação dessa publicação aos órgãos superiores da Instituição propiciou a largada definitiva para a concretização da avaliação da UEPG.

Outros cadernos foram sendo divulgados como uma forma de propiciar uma maior compreensão e adesão à idéia de avaliação institucional. Assim, surgiram:

- Caderno 2: A Qualidade da Universidade Passa -primeiro- Pela Graduação: no âmbito de um projeto pedagógico²;

- Caderno 3: Da Verificação à Avaliação da Aprendizagem: processos antagônicos³;

- Caderno 4: Projeto de Ensino Num Contexto de Planejamento Educacional⁴;

- Caderno 5: Um Processo de Avaliação Institucional⁵.

É entendida a avaliação institucional acima de tudo como ponto de apoio aos recursos humanos, e não ranking nem de professores, nem das funções da Universidade. Pretende-se com a avaliação a dignificação da função docente, técnica e administrativa, bem como um ensino de qualidade sempre maior. Mas, por certo, não é a avaliação institucional um processo nem premiativo, nem punitivo e também não neutro.

Torna-se indispensável que a avaliação institucional da Universidade seja desenvolvida periodicamente, talvez a cada três anos -a periodicidade de sua implementação cabe à decisão dos órgãos superiores de cada IES-, visto ser necessário estabelecer-se uma história comparativa do nível de sua evolução qualitativa. Assim, a partir dos indicadores de qualidade identificados, torna-se mais facilmente possível a implementação do necessário redimensionamento das funções da Universidade.

Aguarda-se, ainda, que a partir da avaliação institucional ocorra uma sempre maior participação crítica e um comprometimento efetivo de toda a comunidade universitária e da sociedade com os destinos da Universidade, visto que uma Instituição de Ensino Superior somente consegue se impor interna-

Pretende-se com a avaliação a dignificação da função docente, técnica e administrativa, bem como um ensino de qualidade sempre maior. Mas, por certo, não é a avaliação institucional um processo nem premiativo, nem punitivo e também não neutro.

1 BOTH, Ivo José. A Questão da Avaliação Institucional. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n.1. 1992. 28p.

2 A Qualidade da Universidade passa -primeiro- pela Graduação: no âmbito de um projeto pedagógico. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n. 2. 1992. 60p.

3 Da Verificação à Avaliação da Aprendizagem: processos antagônicos. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n. 3. 1992. 32p.

4 Projeto de Ensino num Contexto de Planejamento Educacional. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n. 4. 1993. 34p.

5 Um Processo de Avaliação Institucional. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n. 5. 1994. 79p.

e externamente pelo nível de qualidade da ciência e da tecnologia que promove.

A avaliação institucional representa um compromisso da Universidade com a qualidade, não apenas acadêmica, mas igualmente social e cultural e responde às expectativas da comunidade universitária de aprimorar o seu desempenho nos níveis interno e externo.

Iniciativas isoladas de avaliação dos cursos vêm sendo desenvolvidos desde sempre pelas Universidades, por meio de Colegiados de Cursos, de professores e mesmo de alunos. E a avaliação institucional, seja qual for a origem de sua iniciativa, certamente pode ser encarada como:

- a) um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- b) uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária;
- c) um processo sistemático de prestação de contas à sociedade;
- d) e um agente dignificador da função docente, técnica e administrativa.

A “cultura de avaliação”, ou seja, o hábito de avaliar restringe-se, na maioria dos casos, à avaliação do processo de ensino-aprendizagem, tendo por principal alvo o aluno. Poucos são os professores que se auto-avaliam ou, ainda, se fazem avaliar pelos seus alunos. Também em relação aos Colegiados de Cursos, responsáveis pelas condições didático-pedagógicas dos cursos, verifica-se ainda não ser a avaliação agente comum e generalizado de identificação da realidade e de promoção da qualidade do ensino.

Inicialmente -é natural- observou-se certa resistência por parte de alguns segmentos da comunidade universitária com relação à avaliação institucional, mas felizmente estes representaram, na época, uma minoria. A maior parte dos envolvidos acolhe, hoje, com otimismo o processo, encarando-o como uma oportunidade a mais de aperfeiçoamento pessoal e institucional.

Ressalte-se o entusiasmo do alunado em relação ao processo, em si, e à possibilidade de sua participação do mesmo. Assinale-se, também, a boa acolhida que a proposta de avaliação institucional vem recebendo da comunidade externa à Instituição.

Tais fatos contribuíram para que se multiplicassem esforços no sentido de promover a Avaliação Institucional da UEPG, bem como para que tal processo fosse incorporado, de forma permanente, ao projeto político da Instituição.

A educação é um bem público que deve ser oferecido à sociedade de forma aberta e sincera. E a avaliação institucional por certo representa ocasião ímpar para a identificação do nível de qualidade de atuação da Universidade como formadora de recursos humanos e promotora de ciência e de tecnologia.

3. Avaliar para melhor administrar.

A avaliação institucional por certo

representa excelente instrumento de modernização da administração universitária e da educação. A visualização da realidade da Instituição mediante o processo de auto-avaliação -avaliação interna- e a avaliação externa, permite tomada de decisão ponderada por parte dos administradores para o redimensionamento dos desvios que se apresentam.

Cumpra a cada Instituição, segundo a sua realidade e metodologia, apontar tanto os componentes a fazerem parte do processo avaliativo bem como aqueles a serem implementados prioritariamente. No entanto, sabe-se que a auto-avaliação do ensino de graduação pelos corpos docente e discente revela ser um componente que se firma como indispensável, tendo em vista passarem por dentro dele todas as funções que cabem ser cumpridas pela Universidade.

Dentre tantos outros componentes a auxiliarem no apontamento da realidade qualitativa da Instituição, podem ser elencados:

- avaliação do desempenho dos serviços administrativos;
- avaliação do desempenho do ensino por alunos e professores;
- avaliação do desempenho da Universidade por ex-alunos;
- avaliação do desempenho da Universidade por representantes da sociedade;
- identificação da realidade sócio-educacional dos alunos da Universidade;
- levantamento de dados quantitativos do ensino.

A “cultura de avaliação”, ou seja, o hábito de avaliar restringe-se, na maioria dos casos, à avaliação do processo de ensino-aprendizagem, tendo por principal alvo o aluno. Poucos são os professores que se auto-avaliam ou, ainda, se fazem avaliar pelos seus alunos.

3.1. Avaliação do desempenho dos serviços administrativos.

Torna-se necessária a avaliação do desempenho dos serviços administrativos ofertados pela Instituição, visto serem eles agentes importantes de apoio ao desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e serviços.

Entre os objetivos propostos podem ser apontados os seguintes:

- identificar a qualidade e a quantidade dos serviços ofertados;
- averiguar a respeito da atualidade dos serviços, tendo em vista sua eficiência e eficácia;
- apontar a realidade da infra-estrutura em que os serviços são realizados e em que nível ela lhes serve de apoio.

3.2. Avaliação do desempenho do ensino por alunos e professores.

Na avaliação do ensino fica englobada praticamente toda a realidade que envolve a atuação da Instituição, como ensino, pesquisa, serviços e condições de infra-estrutura. E podem ser-lhe apontados objetivos como:

- conclamar a comunidade universitária, a sociedade e os ex-alunos para uma permanente reflexão, autocrítica e participação no desenvolvimento universitário e social;
- encarar a avaliação como uma questão otimista e necessária, tendo em vista a dignificação das funções docente, técnica e administrativa;
- despertar nos professores e alunos uma conscientização dos fatores determinantes para a qualidade e o sucesso do ensino, da pesquisa e da extensão;
- levar o pessoal técnico e administrativo a perceber a real responsabilidade que lhe cabe como agente propiciador de condições e de apoio para a implementação de ensino, pesquisa e extensão de qualidade;
- promover uma atitude mais participativa e responsabilizada dos alunos no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
- oportunizar aos professores elementos que lhes facilitem o reajuste de conteúdos e de métodos de ensino;
- incentivar a comunidade universitária para uma permanente reflexão e autocrítica em sua participação a nível da Instituição;

- apontar o nível de qualidade do ensino-aprendizagem;

- elencar os principais agentes de promoção e de entrave de um ensino de qualidade.

A avaliação do ensino de graduação ocorre num contexto de auto e de mútua avaliação por alunos e professores. E são quatro as realidades que podem ter seu nível de qualidade identificado mediante sua avaliação:

- desempenho do professor;
- desempenho do aluno;
- condições de organização dos cursos;
- condições de infra-estrutura dos cursos.

3.3. Avaliação do desempenho da Universidade por ex-alunos.

A avaliação da Universidade por ex-alunos torna-se um dos componentes de fundamental importância, tendo em vista estar percebendo o aluno que passou pela Instituição a real contribuição que seu curso lhe propiciou para o desempenho de suas funções e atividades no dia-a-dia.

Entende-se ser o ex-aluno um ponto de referência expressivo para a avaliação do ensino da Universidade, visto estar ele colocando em prática profissionalmente o aprendizado que lhe foi proposto na Instituição.

Entre outras, pode ser identificada a realidade dos ex-alunos com relação aos seguintes perfis:

- perfil pessoal e econômico;
- perfil do desempenho profissional;
- perfil da contribuição do curso na vida profissional;
- perfil da expectativa com relação à sua Universidade.

3.4. Avaliação do desempenho da Universidade por representantes da sociedade.

A sociedade sente-se satisfeita quando a Universidade a convida para apontar aspectos que podem auxiliar a Instituição a redimensionar seus rumos.

O nível de desempenho da Universidade pode ser apontado por representantes dos setores da economia, cultura e serviços, como:

- setor primário;
- setor secundário;
- setor terciário;

- prestação de serviços;
- educação.

3.5. Identificação da realidade sócio-educacional dos alunos da Universidade.

Torna-se oportuno à Universidade conhecer a realidade sócio-educacional dos alunos que a integram. Tal fato permite tomada de decisões com relação aos diferentes aspectos e interesses tanto dos alunos quanto do ensino de forma mais precisa e adequada.

O trabalho de identificação sócio-educacional procura mapear, na verdade, a realidade social, econômica, cultural, expectativas e aspirações dos alunos da Universidade.

Entende-se que a ação educativa transcorre acima de tudo a partir de uma mentalidade individual e coletiva de comprometimento institucional e social.

3.6. Levantamento de dados quantitativos do ensino.

Os dados quantitativos são de grande importância para a obtenção de uma visão aproximadamente universal, ao menos, da Universidade. Tanto a coleta quanto o ordenamento dos dados relacionados às funções da Instituição são fatores decisivos para a tomada de medidas de modernização administrativa e da educação.

Entre outros, compreende a coleta dados:

- alunos matriculados nos diferentes graus de ensino;
- alunos quanto à situação de matrícula;
- alunos quanto ao regime escolar;
- modalidades de ingresso dos alunos;
- professores e regime de trabalho;
- funcionários x nível de atuação e qualificação;
- área construída e necessária da Instituição;
- acervo bibliográfico: títulos, periódicos;
- produção acadêmica: técnica, científica, artística, cultural;
- alunos x tempo de conclusão do curso;
- alocação de recursos por dependência administrativa e nível de satisfação das necessidades;
- relação aluno/professor;
- relação aluno/funcionário;
- graduação: relação diplomado/ingressante;
- pós-graduação (níveis): teses, dissertações, monografias x ingressante;

- corpo docente: índice de qualificação;
- corpo docente: produção técnico-científica;
- custo aluno: por grau de ensino (1º, 2º, 3º e 4º grau);
- graduação: taxa de sucesso;
- graduação: taxa de ociosidade;
- graduação: taxa de retenção;
- graduação: taxa de participação em programas diversos, internos e externos à Instituição.

4. Avaliação não premiativa, nem punitiva, mas também não neutra.

A fase crítica no mundo da avaliação institucional encontra-se praticamente superada a nível internacional,

principalmente quando encarada a avaliação como processo de apoio e de dignificação das funções e da prática dos recursos humanos, com vistas a uma qualidade de vida sempre melhor.

O processo de avaliação institucional não constitui agente privilegiado de premiação ou de punição. Recursos humanos de boa qualidade são um dever e não um direito, apenas. A formação de ranking de recursos humanos -uma outra forma de punição- igualmente não se coaduna com o espírito de uma avaliação institucional como processo. A não neutralidade de um processo avaliativo pressupõe, por excelência, responsabilidade individual por parte dos recursos humanos ante os resultados revelados, para, em última instância, serem tomadas providências de redimensionamento por parte das autoridades competentes, quando tal for julgado necessário.

No processo avaliativo de uma Instituição de Ensino Superior não constituem a premiação e a punição garantia por si só de mudança, se tal fosse o caso. Cabe esta primeiramente à responsabilidade profissional de cada recurso humano, e somente após, não ocorrendo o devido redimensionamento por parte deste, daí, sim, poderão ser tomadas providências devidas pelas respectivas autoridades competentes. Entende-se que a ação educativa transcorre acima de tudo a partir de uma mentalidade individual e coletiva de comprometimento institucional e social.

As principais desconfianças e/ou resistências que se formam em torno de um processo de avaliação

institucional caracterizam-se, por certo, principalmente em função da pouca clareza que a comunidade universitária possui de sua filosofia e objetivos. No entanto, avaliar é preciso, sempre, ainda mais quando se sabe que a Universidade necessita de reformas urgentes e conseqüentes, continuamente.

4.1 Provão e PAIUB: conciliá-los e aperfeiçoá-los é preciso.

O Exame Nacional de Cursos (provão) e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) são belas iniciativas, ainda que partam da mesma origem, do Ministério da Educação e do Desporto-MEC, o que pode caracterizar duplicação de esforços.

Mesmo havendo semelhanças entre as duas iniciativas quanto ao fim, o que mais as diferencia é o meio de consecução do processo avaliativo. Enquanto o seu fim comum é identificar a realidade institucional, tendo em vista a facilitar a promoção de sua qualidade, o meio condutor de ambas demonstra diferenças até mesmo acentuadas.

Primeiramente, o PAIUB é o agente primogênito da avaliação institucional, tendo sido “gerado” por livre e espontâneo relacionamento entre Secretaria de Educação Superior-SESu/MEC e Instituições de Ensino Superior-IES, e vem sendo “educado” em harmoniosa convivência pelos mesmos. O provão, por sua vez, teve “geração” monogâmica, e vem tendo orientados seus passos de forma unilateral pelo MEC.

Outra diferença não menos provocante entre provão e PAIUB refere-se à forma de divulgação dos resultados. Enquanto o primeiro torna-se público mediante divulgação massificada através da mídia, o segundo trabalha em silêncio, sem estardalhaços. E ainda: enquanto o provão surgiu e foi aplicado sem grandes discussões e envolvimento interinstitucionais, o PAIUB vem sendo discutido e tem seus rumos redirecionados ao longo de todo o seu processo de implementação.

Este elenco de comparações não representa crítica desenfreada ao provão, nem elogio desmedido ao PAIUB, não, mas permite-se a ser uma chamada de atenção para uma possível feliz e solidária convivência entre as duas iniciativas de avaliação institucional, visto estarem elas “provocando” as IES no sentido de que medidas avaliativas conseqüentes devem-lhes constituir atividades permanentes.

Tanto o provão quanto o PAIUB estão conseguindo demonstrar, dentre outros intervenientes,

certa realidade institucional a nível de infra-estrutura, de qualificação e dedicação de professores, de condições de organização dos cursos e de trabalho dos recursos humanos, no entanto pecam ambos pela insuficiência de componentes que devem integrar uma avaliação de ensino, especificamente.

É fora de qualquer dúvida que a avaliação do ensino representa ponto de honra e elemento imprescindível a ser posto na linha de frente de uma avaliação institucional, pois passa pelo seu interior o reflexo da qualidade de intervenção tanto das atividades de pesquisa, de qualificação, de gestão e administrativas. É mais: os resultados da avaliação do ensino igualmente permitem visualizar o nível de acerto da filosofia, da política e dos objetivos traçados para o cumprimento das funções da Instituição.

No entanto, parâmetros sobremaneira internos levados em conta, por ora, pelo provão e pelo PAIUB para auferir o nível de qualidade do ensino, do desempenho dos professores e dos alunos conduzem a resultados muito limitados e parciais. Os parâmetros por ambos utilizados para a avaliação do ensino limitam-se principalmente ao domínio de conteúdos inseridos nos programas dos cursos e a alguma reflexão em torno deles pelos estudantes. Mesmo que tais conteúdos sejam expressão aproximada da realidade social, ainda assim a avaliação deixa a desejar, se não levar em conta, paralelamente, o grau de desempenho do ex-aluno que vem experienciando na prática do dia-a-dia de seu trabalho o nível de correspondência existente entre os conteúdos programáticos desenvolvidos em sala de aula e as exigências profissionais requeridas pelo mercado de trabalho e pela realidade social.

Portanto, se na avaliação do ensino, além dos alunos, não forem consultados concomitantemente professores e ex-alunos, seu resultado poderá não corresponder à realidade institucional e social, vindo a demonstrar pouco valor científico e comparativo. Para uma melhor compreensão deste contexto, tal situação poderá ser comparada à “confeitura” de um bolo, em que todos sabem de cor sua receita, mas como nunca a colocaram em prática, não conhecem seu sabor -do bolo. Dessa forma, após o bolo confeitado e assado, é distribuído em pedaços para ser consumido. Mas poucos se candidatam a repetir mais alguma fatia devido ao seu gosto duvidoso.

Assim, ao a avaliação dos cursos não levar em conta esse contexto mais abrangente -ex-alunos e professores, além dos alunos-, seus resultados poderão criar falsa expectativa e, ao mesmo tempo, não serem suficientes nem quantitativa e nem qualitativamente como parâmetro para se saber em que dependên-

cia administrativa e instituições está sendo ofertado o bom ensino e o que deixa a desejar.

Na avaliação do ensino ainda convém serem considerados, além do nível de identidade existente entre os conteúdos programáticos ofertados pelos respectivos cursos e as exigências delineadas pelo mercado de trabalho, a realidade sócio-educacional dos alunos que se encontram na Instituição -torna-se mister conhecê-los melhor- e o depoimento advindo dos setores primário, secundário e terciário, bem como de profissionais prestadores de serviços e da educação: ensinos de 1º e de 2º graus.

Ponto necessário para um entrosamento ao menos aceitável entre as atividades do provão e as do PAIUB -se insistirem na atuação individual- deverá ser, no mínimo, a mútua utilização dos resultados de avaliação como fator comparativo e de complemento. Além disso, tal iniciativa possivelmente constituirá fator facilitador do emprego de metodologias, de instrumentos e de conteúdos mais consentâneos, visando à implementação do processo avaliativo e à tomada de decisões institucionais conseqüentes a partir dos resultados obtidos.

Então, para que as reflexões conduzidas em torno do fator interventivo do provão e do PAIUB possam compor trabalho de conjunto, torna-se imprescindível que estabeleçam entre si laços mais amistosos de mútua colaboração, de entrosamento e de aperfeiçoamento da prática avaliativa. No entanto, mesmo tal não ocorrendo, devem ser encarados como agentes de avaliação necessários, pois avaliar é preciso, sempre, e quanto melhor, melhor.

5. Universidade: onde a qualidade custa menos que a não-qualidade.

A Universidade brasileira é ainda jovem, encontrando-se em plena fase de afirmação. Vem ela se debatendo entre a qualidade necessária e a de possível oferta.

De tempos em tempos é ela "sacudida" principalmente por algum organismo social, cobrando-lhe maior qualidade interna e maior nível de intervenção na sociedade. A poeira do natural alvoroço aos pou-

cos vai se assentando, deixando no seu rastro alguns sinais de reação. E, no caso, a melhor defesa é o contra-ataque que busca firmar qualidade conseqüente.

Referenciado anteriormente, o Ministério da Educação e do Desporto-MEC vem desencadeando dois processos paralelos de avaliação, um através do

Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras-PAIUB e outro mediante a aplicação do exame nacional de cursos - "provão"- e de mais alguns indicadores de qualidade, caracterizando, possivelmente, duplicação de esforços para um mesmo fim.

Com certeza, toda a iniciativa avaliativa com bons princípios deve ser aplaudida, pois avaliar é preciso sempre, ainda

mais quando a partir daí se torna possível desencadear a identificação da realidade qualitativa da Instituição com vistas ao seu redimensionamento com medidas conseqüentes. No entanto, quando uma ação avaliativa externa se interpõe na autonomia da individualidade política de desenvolvimento das IES, configura-se, então, nítida conotação de ranking interinstitucional. É um exemplo explícito de ranking de IES e de cursos é o que decorre da avaliação anual realizada pela Revista Playboy, provocando falso otimismo junto aos cursos que por ela receberam boa pontuação.

Comparar Instituição de Ensino Superior-IES com outra e curso de um com o de outro estabelecimento de ensino superior, certamente não conduz a bom destino. No entanto, estabelecer quadro comparativo de uma mesma IES consigo mesma e de um mesmo curso -de uma mesma Instituição- com ele próprio, poderá, isto sim, propiciar dados relevantes para a tomada de iniciativas de redimensionamento dos rumos de sua filosofia e de seus objetivos, e, conseqüentemente, do desempenho da própria gestão universitária. A questão da avaliação sugere para a Instituição, antes de tudo, autonomia; autonomia pressupõe qualidade; e qualidade é condição da Universidade.

Toda a vez que a Universidade é chamada à responsabilidade procura ela reagir e, normalmente, com determinação de qualidade. E qualidade é a palavra-chave necessariamente presente em toda a ação a

O MEC vem desencadeando dois processos paralelos de avaliação, um através do PAIUB e outro do "provão"- e de mais alguns indicadores de qualidade, caracterizando, possivelmente, duplicação de esforços para um mesmo fim.

implementar, ainda que não seja nada fácil dar-lhe uma definição de forma acabada. Qualidade total, em especial, de domínio ainda bastante restrito e localizado, depara-se com sério desafio com relação a sua plena compreensão e implementação universal, principalmente quando se trata do respeito a ser devotado à característica individual do alvo a atingir. Como exemplos característicos podem ser apontados a indústria e o estabelecimento de ensino superior, onde cabe à metodologia de implementação da qualidade total respeitar a filosofia e o ritmo de desenvolvimento próprio de cada um. Aliás, qualidade total é um legado que vem como proposta dos Estados Unidos, como chamamento de intervenção plena e consequente em todas as ações propostas.

Qualidade é a razão de ser da Universidade, apesar da subjetividade que o termo possa conter, principalmente em sua definição. Qualidade não ocorre quando se é razoável, apenas. A qualidade tem grandes possibilidades de ocorrer quando é bem feito tudo o que deve ser realizado, especialmente havendo envolvimento universal dos recursos qualificados disponíveis. Qualidade é questão de sobrevivência da Universidade. Qualidade não pode ser gratuita, mas certamente custa muito menos que a não-qualidade. A não-qualidade redundará em perda de tempo, de dinheiro, de esperança e de paciência. A qualidade necessariamente se encontra também no processo e não somente no produto. Qualidade ocorre com grande probabilidade quando existe adequação da ação ao uso. Enfim, a conquista da qualidade é uma questão de caminhada progressiva, permanente e de participação plena, com horizontes consequentes.

A Universidade certamente se impõe na sociedade pelo nível de sua qualidade. No entanto, nenhuma Universidade brasileira, por ora, pode se dar ao luxo de ser considerada centro de excelência em todos os seus quadrantes, ainda que tal deveria ser seu fim próximo. Quanto maior a excelência da Instituição, maior possibilidade possui ela de ser atingida pela qualidade em universo amplo, como que por osmose.

A Universidade constrói-se no dia-a-dia, em ritmo próprio. E ela sabe de suas limitações e do que lhe cabe fazer. Sabe que a sua lógica é a da verdade e não a do mercado de trabalho. Sabe que o caminho para a sua afirmação é o do exercício solidário do ensino e da pesquisa.

Sabe-se que a Universidade brasileira, como um todo, efetivamente não está a corresponder de forma plena aos anseios básicos da sociedade. Como se não tivesse bastado o estabelecimento do então fatídico ranking das IES divulgado pelo diário O Estado de

São Paulo (1994), o UNICEF apontou, na época, - com poucas melhorias de lá para cá- uma dolorosa realidade que referencia a educação básica brasileira como a pior dentre os países da América Latina, incluindo o Caribe, em termos de desempenho, quando comparada ao potencial econômico do país. Sinal claro de que a Universidade, através dos ensinos de graduação e da pós-graduação, ainda não consegue atingir suficientemente a ponta onde se localiza a deficiência: a escola.

No entanto, a Universidade também sabe do que lhe cabe fazer. Sabe ela que não pode ficar submissa à sociedade, adaptando seus currículos às constantes tendências e flutuações da demanda de profissionais no mercado de trabalho. Sabe ela que os currículos devem ser bons, e que seu sucesso depende principalmente de quem os desenvolve, por isso não constitui disparate afirmar que o melhor do currículo advém do professor. O currículo é um guia para o desenvolvimento do ensino, não sendo somente o que consta do papel, mas passa ele fortemente pelo coletivo dos professores e alunos, como também pela lógica da sociedade e do mercado de trabalho. Sabe ela que o desenvolvimento dos currículos -principalmente o dos cursos de licenciatura- exige qualificação, criatividade e sincera mudança da prática pedagógica por parte dos professores. A Universidade também sabe das ações internas e da parceria a ser estabelecida com a sociedade, com vistas ao necessário desenvolvimento de ambas.

Quiçá venha a ser a autonomia plena e responsável uma das tábuas de salvação para a Universidade. Pois a autonomia é uma conquista que vem sendo perseguida desde o século XII, quando as Universidades de Bolonha e de Paris procuravam livrar-se das ingerências da Igreja e do Estado. No entanto, autonomia, antes de ser encarada como liberdade, significa responsabilidade para com a qualidade em tudo o que a Universidade faz. A autonomia não é um dote, mas uma conquista quando há qualidade. Autonomia não é soberania nem do Estado e nem da Universidade. Infelizmente as Constituições -federal e estaduais- não concedem autonomia financeira plena às IES. É-lhes permitida somente autonomia de gestão financeira em torno dos recursos a elas concedidos e não a partir do que realmente necessitam, o que compromete seriamente o exercício da autonomia universitária. As Universidades não estão a lutar por privilégios reservados, mas por um maior reconhecimento no cumprimento de suas funções internamente e no meio social. Por outro, menos mal estar-se firmando mais e mais nas IES um agente que basicamente só depende delas : a criatividade.

6. Considerações finais

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras-PAIUB é um dos poucos que ainda está recebendo efetivo apoio por parte da Secretaria de Educação Superior-SESu do Ministério da Educação e dos Desportos-MEC. No entanto, entendemos que o PAIUB é, igualmente, um dos poucos programas que veio para ficar e se firmar nas IES, mesmo após a retirada do apoio oficial que, cedo ou tarde, talvez ocorrerá.

Ainda que o apoio oficial não se faça mais presente em tempos futuros, permanece o legado de a SESu ter mostrado presença pelo menos até a sua fixação e afirmação a nível institucional. Com muita probabilidade o PAIUB constituirá programa que necessariamente fará parte de forma permanente do planejamento anual das IES.

O PAIUB, ainda, é um dos poucos programas oficiais da educação que possui política e filosofia nacionais amplas, a ponto de permitirem -a partir

delas- que as IES apontem sua política, sua filosofia, seus programas, seus objetivos, com a autonomia necessária.

Os resultados do PAIUB também se prestam como excelente parâmetro comparativo com relação aos resultados advindos do exame nacional de cursos, o "provão", concebido, implementado e concluído integralmente pelo MEC.

Constitui o PAIUB agente ímpar de identificação da realidade institucional, tendo em vista a permanente promoção de sua qualidade. Por outro, permite o programa constante modernização administrativa e das funções da Universidade.

Enfim, ainda que o Exame Nacional de Cursos -provão- e o PAIUB persistam no desenvolvimento de atividades de avaliação em separado, então roga-se seu empenho em algum entrosamento e colaboração na elaboração e utilização de metodologias, de instrumentos e no apontamento de parâmetros avaliativos, visto que a duplicação de esforços para um mesmo fim não se coaduna com uma política educacional que dispensa desperdícios.

Bibliografia

1. AVALIAÇÃO Institucional da UNICAMP: processo, discussão e resultados / José Dias Sobrinho (organizador). Campinas, SP: UNICAMP, 1994.
2. BOTH, Ivo José. A Questão da Avaliação Institucional. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n.1. 1992. 28p.
3. A Qualidade da Universidade passa -primeiro- pela Graduação: no âmbito de um projeto pedagógico. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n. 2. 1992. 60p.
4. Da Verificação à Avaliação da Aprendizagem: processos antagônicos. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n. 3. 1992. 32p.
5. Projeto de Ensino num Contexto de Planejamento Educacional. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n. 4. 1993. 34p.
6. Um Processo de Avaliação Institucional. Ponta Grossa, Imprensa Universitária. Cadernos da PROGRAD, n. 5. 1994. 79p.
7. DA SILVA, Jorge Ferreira. Por Que é Difícil Avaliar? Simpósio Nacional sobre Avaliação Educacional: uma reflexão crítica, Rio de Janeiro: CESGRANRIO, 1993. P. 63-74.